

ANÁLISE CRÍTICA DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA A AMPLIAÇÃO DA RETROÁREA E DO PÍER DO PORTO DE ITAPOÁ EM SANTA CATARINA

Raissa Cristina Faria Martins¹
Felipe Caron de Almeida Prado²
Admilson Irio Ribeiro³

Políticas públicas, Legislação e Meio Ambiente

Resumo

O presente estudo busca a análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Ampliação da retroárea e do píer do Porto de Itapoá no município de Itapoá no estado de Santa Catarina. A análise e discussão teve como base o livro “Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos”, além de notas realizadas durante aulas da disciplina de Estudo de Impacto Ambiental e o artigo Análise de danos e impactos ambientais por meio de rede de interação em colheita florestal, e utilizou uma metodologia qualitativa para aspectos de um EIA. A crítica estabeleceu como resultado semelhanças e diferenças entre as abordagens do livro e o EIA em estudo, como por exemplo, a forma como a legislação foi abordada no EIA em questão e a relação da resolução CONAMA/86 com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. O mesmo apresentou informações coerentes para a elaboração do diagnóstico ambiental, no entanto, por realizar uma abordagem exaustiva, o EIA apresentou informações desnecessárias que não contribuíram diretamente para o estudo. Por fim, conclui-se que o Estudo de Impacto Ambiental para a Ampliação da retroárea e do píer do Porto de Itapoá é satisfatório, tendo em vista que o mesmo cumpre o objetivo de subsidiar o processo de Licenciamento Ambiental além de apresentar informações relevantes para após a implantação e operação do empreendimento.

Palavras-chave: Estudo de Impacto Ambiental; Atividade Portuária; Análise Crítica.

INTRODUÇÃO

O Licenciamento Ambiental é o principal instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Para que ocorra avanços no setor portuário, deve-se seguir as normas presentes no PNMA. Para que o mesmo seja concedido para atividades portuárias, é necessário que seja realizado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A determinação de quais atividades devem ser submetidas a este estudo é baseada na capacidade de um

¹ Discente Raissa Cristina Faria Martins, da Instituição da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Sorocaba, Departamento de Engenharia Ambiental, raissa.martins@unesp.br

² Discente Felipe Caron de Almeida Prado, da Instituição da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Sorocaba, Departamento de Engenharia Ambiental, felipe.caron@unesp.br

³ Prof. Dr. Admilson Irio Ribeiro, da Instituição Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Departamento de Engenharia Ambiental, admilson.irio@unesp.br

empreendimento provocar impactos significativos nos meios físico, biótico e antrópico. (Sánchez, 2013, p.114)

Neste contexto, em 2013 foi publicado pela empresa AcquaPlan Tecnologia e Consultoria Ambiental em conjunto com o Porto Itapoá o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da ampliação da retroárea e do píer do Porto Itapoá, no município de Itapoá no estado de Santa Catarina. O Porto de Itapoá está localizado na Bahia de Babitonga, no litoral norte do estado de Santa Catarina, este é apropriado para receber navios de grande porte, fato que melhora o fluxo de embarcações nas regiões Sul e Sudeste. O município em que o porto está localizado, possui uma área de 256,1 km² além de ter a economia baseada no turismo e no Porto de Itapoá.

Objetiva-se com esse trabalho a análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental referente a ampliação da retroárea e do píer do Porto de Itapoá, no município de Itapoá no estado de Santa Catarina, de maneira a estabelecer semelhanças e diferenças entre o livro em conjunto com as aulas ministradas em relação ao Estudo analisado.

METODOLOGIA

A análise crítica foi realizada de maneira qualitativa, tendo como base o livro “Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos”, além de notas realizadas durante aulas da disciplina de Estudo de Impacto Ambiental e o artigo: Análise de danos e impactos ambientais por meio de rede de interação em colheita florestal.

Afim de facilitar a comparação entre a base documental e o EIA estudado, foi elaborado um questionário, as quais as perguntas foram respondidas no decorrer da análise. O questionário está disposto na tabela 1.

Tabela 1: Questionário utilizado para base da análise crítica

Nº da questão	Questão
1	Foi abordada a legislação específica dentro do texto do Estudo Ambiental?
2	As partes citadas na resolução Conama 01/86 e apresentadas no capítulo 4 do livro estão definidas e claras no sumário do Estudo ou dentro do texto?
3	Relacionar o critério de triagem para solicitar o licenciamento apoiado por um EIA.
4	Identificação no EIA em estudo como a equipe técnica abordou e desenvolveu temáticas do escopo, sendo essas: questões e temas mais relevantes, estabelecimento do limite ou alcance do EIA, planejamento, levantamentos e análise necessária no EIA e definir alternativas a serem analisadas.

5	Descrição da ferramenta de identificação de impacto ambiental que foi utilizada no EIA em estudo.
6	Descrição sucinta de como o diagnóstico ambiental foi realizado no Estudo. A abordagem foi exaustiva ou direcionada?
7	Como foi realizado a previsão dos impactos dentro do EIA, além de verificar se a mesma foi satisfatória em relação a teoria do livro.
8	Descrição de partes de como foi analisado a importância dos impactos ambientais.
9	O EIA em questão gerou um Plano de Gestão Ambiental (PGA) consistente?

Fonte: Autoria própria.

Para cada questão, foi realizado o levantamento teórico de cada tópico, a resposta referente a cada pergunta e a análise contrapondo a base teórica e as informações levantadas para responder cada questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos referentes ao questionário desenvolvido foram dispostos na tabela 2, a qual apresenta a numeração correspondente a cada questão e a respectiva resposta.

Tabela 2: Respostas obtidas para cada questão do questionário

Nº da questão	Resposta
1	O estudo em análise trata a legislação específica de forma clara e objetiva, especificando as leis, decretos e resoluções referentes a atividade portuária além de especificar os órgãos responsáveis.
2	O EIA em estudo descreve algumas etapas descritas na resolução CONAMA/86 no decorrer do documento. As etapas citadas foram: triagem, escopo e análise integrada. Ademais o EIA foi elaborado, publicado e analisado pelo órgão licenciador, além de ter sido realizado a consulta pública.
3	O critério de triagem que deu suporte a solicitação do licenciamento ambiental por meio de um EIA-RIMA, levando em conta a descrição do projeto, segundo o Banco Mundial, projetos portuários encontram-se na categoria A da classificação, isto implica na necessidade de uma avaliação ambiental completa.
4	O levantamento das questões e temas mais relevantes foi realizada de forma ordenada, na qual, em cada meio foram utilizadas tecnologias que possibilitaram o diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e antrópico. A área de influência foi dividida em três níveis de influência, sendo eles: Área diretamente afetada, Área de influência direta e Área de influência indireta. Em relação a utilização de dados no EIA, ora foram utilizados dados primários, ora foram utilizados dados secundários. Por fim, a definição de alternativas no EIA em estudo apresentou 3 alternativas locais para o projeto como foi definido no termo de referência do projeto.
5	No documento, as ferramentas utilizadas foram: Barcheck, SIG (sistema de informações geográficas) e modelagens matemáticas

6	A caracterização da qualidade ambiental da área em questão, sem dúvidas foi norteada de forma exaustiva, já que inúmeros estudos sobre a área foram realizados, a fim de chegar em um diagnostico final completo
7	A metodologia aplicada forneceu informações de identificação, caracterização e avaliação dos potenciais impactos subsequentes das duas fases do projeto, sendo estes positivos e negativos
8	Os impactos foram avaliados por uma equipe multidisciplinar, que tomaram como base critérios como magnitude, importância e intensidade, assim resultando na importância global de um dado impacto. Esta etapa também contou com auxílio de uma matriz de avaliação, que foi apresentada com a finalidade de sintetizar as informações que estão contidas na avaliação.
9	O EIA em questão não apresentou aos leitores, se foi gerado um Plano de Gestão Ambiental, contudo a partir da análise e observação de todos os estudos e levantamentos que foram realizados, e as medidas mitigadoras posteriormente tomadas, ficou claro que é totalmente possível a elaboração de um PGA.

Fonte: Autoria própria.

No que se refere a questão 1, a legislação específica para atividades portuárias o EIA em questão aborda legislações que dizem respeito ao Ministério da Fazenda, o Ministério da Marinha, ao CONAMA e a ANVISA. Desta forma, a mesma foi colocada de maneira clara e objetiva, especificando todo o universo legislativo que envolve atividades portuárias.

Em relação as questões 2, 3 e 4, a resolução CONAMA/86 define orientações básicas para a preparação de um EIA e para tal, o documento deve ter etapas como triagem, no qual a questão 3 explica o critério que foi utilizado, escopo, na qual a questão 4 aborda como a equipe técnica tratou as temáticas levantadas, a análise integrada e por fim o EIA foi analisado pelo órgão licenciador e liberado para consulta pública. (Sánchez, 2013)

O documento traz de forma clara as ferramentas utilizadas para a identificação de impactos ambientais, bem como os matérias e metodologias aplicadas, satisfazendo desta forma a questão 5 do questionário.

A questão diz respeito ao diagnostico ambiental, questão 6, realizado no estudo em questão, neste a abordagem foi exaustiva, levantando informações pertinentes para a elaboração do EIA, mas também informações desnecessárias que não contribuíram diretamente para o EIA.

No que se refere as questões 7 e 8, a previsão e análise de importância dos impactos ambientais são partes importantíssimas para a elaboração de um EIA, no estudo em questão a previsão forneceu informações que possibilitaram a identificação e classificação dos

impactos. Após a previsão dos impactos, os mesmos foram classificados de acordo com o termo de referência, tendo como base os critérios de magnitude, importância e intensidade. Dessa maneira, a abordagem realizada no estudo foi de acordo com a base documental utilizada.

Ademais, o EIA estudado não explicitou se foi gerado um Plano de Gestão Ambiental, porém levantou informações pertinentes que podem ser utilizadas para a confecção de um PGA em outro momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo de Impacto Ambiental para a ampliação da retroárea e do píer do Porto Itapoá foi satisfatório em relação ao Termo de Referência, apresentando os principais aspectos de um EIA, como triagem, escopo, identificação de impactos ambientais e outros. Além de cumprir o objetivo de subsidiar o processo de Licenciamento Ambiental. O mesmo apresentou informações coerentes para a elaboração do documento, porém por realizar uma abordagem exaustiva, também apresentou informações que foram levantadas desnecessariamente, tendo em vista que estas não contribuíram diretamente para o documento.

REFERÊNCIAS

FERRAZ, Camila Porfírio Albuquerque *et al.* Análise de danos e impactos ambientais por meio de rede de interação em colheita florestal. **Brazilian Journal Of Animal And Environmental Research**. Curitiba, p. 1942-1947. 29 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJAER/article/view/5775>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SÁNCHEZ, Luiz Henrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos**. 2. ed. atual. e aum. [S. l.]: Editora Oficina de Textos, 2013. 584 p.